



A MÍDIA E O ENSINO SUPERIOR: é possível a *criação* de um consenso?

Maria da Graça Jacintho Setton

RESUMO – *A mídia e o ensino superior: é possível a criação de um consenso?* Este artigo tem a intenção de analisar as matérias jornalísticas sobre o ensino superior, publicadas pelos principais veículos da imprensa escrita da capital do Estado de São Paulo. Creio que através de uma leitura sistemática deste material é possível identificar alguns aspectos do campo da educação superior bem como apontar questões teóricas referentes ao processo de produção das mensagens midiáticas, assunto relevante para a prática educativa atual. Este estudo faz parte de uma série de investigações que venho desenvolvendo no sentido de analisar o processo de difusão dos meios de comunicação de massa no mundo contemporâneo.

Palavras-chaves: *mídia impressa, poder simbólico, ensino superior, ideologia.*

ABSTRACT – *The media and higher education: is it possible to create consensus?* The purpose of this paper is to analyse journalistic “stories” about higher education published by the main printed media vehicles in the capital of the State of São Paulo. I believe that through the systematic reading of this material, it is possible to identify certain aspects of the field of higher education as well as point to theoretical questions regarding the process of production of mediatic messages, a relevant subject for current educational practice. This study is part of a series of investigations I have been carrying out in order to analyse the process of diffusion of the means of mass communication in the contemporary world.

Key-words: *printed media, symbolic power, higher education, ideology.*

Introdução

A leitura cotidiana de matérias sobre educação, e mais especificamente sobre o ensino superior, despertou o interesse em fazer um estudo exploratório a respeito do alcance das reportagens da imprensa escrita na formação das representações da opinião pública. Acompanhando por quatro meses (fevereiro a maio de 2000), as notícias veiculadas por três periódicos paulistas, pude coletar uma série de elementos que ajudam a problematizar questões relativas ao campo¹ do ensino superior brasileiro, como também questões relativas ao caráter ambíguo do processo de produção da informação jornalística, bem cultural bastante controverso.

O conjunto de matérias aqui organizadas permitiu verificar quais os temas de destaque na mídia sobre o ensino superior, seus protagonistas, falas e visibilidade. A pretensão não é esgotar as informações de cada um dos temas aqui trabalhados nem as sutilezas da narrativa jornalística. A intenção é tão somente analisar a produção do discurso da imprensa a respeito do ensino superior, produção que reflete em muitos momentos sua capacidade de articular um consenso.

Para proceder a essa investigação algumas perguntas devem ser postas. Qual o espaço que os jornais dedicam para o tema ensino superior? Quais são os assuntos mais presentes? Como estes temas são veiculados? Quem tem o poder de falar e emitir opinião sobre esses assuntos?

Assim, a intenção é construir um conhecimento sobre a forma como as temáticas educativas sobre o ensino superior chegam até o leitor destes jornais. Mais do que isso, a partir de uma análise descritiva, tenho a intenção de desenvolver uma interpretação crítica de como essas notícias são difundidas e postas em circulação. Para tanto farei um breve resumo das mensagens apresentadas e os sujeitos da fala² de cada uma das matérias, tendo como pano de fundo uma organização cronológica das notícias e o periódico responsável por elas. Assim, a partir de uma classificação por temas e as respectivas análises, creio ter condições de verificar três hipóteses de trabalho; 1 – a capacidade de a imprensa mapear e informar parte da agenda do atual ensino superior brasileiro; 2 – a capacidade de esta análise identificar os protagonistas do discurso jornalístico e a posição que ocupam na funcionamento do campo do ensino superior e 3 – a possibilidade de identificar um discurso ideológico e, como decorrência, a possibilidade da criação de um domínio simbólico sobre esta realidade.

Para tanto, será necessário dividir a análise das matérias em três momentos distintos, mas integrados. Primeiro, a compreensão do contexto histórico social do ensino superior brasileiro atual, seus agentes e instituições, bem como a especificidade da lógica de funcionamento do campo jornalístico. Em segundo lugar, uma análise dos discursos veiculados pela imprensa, ou seja, os re-

cursos lingüísticos utilizados pelos emissores, jornalistas ou agentes do campo e, em terceiro lugar, uma análise interpretativa dos possíveis significados destes discursos.

Embora saiba que existam outros meios para compreender as controvérsias da educação superior no Brasil, este artigo constitui de um exercício exploratório, uma tentativa de investigação da imprensa escrita como produtora de um discurso simbólico, dotado de sentido. Considero que uma análise sistemática das matérias jornalísticas e das idéias ali produzidas, com alto poder de penetração e circulação, pode servir como recurso analítico. Ou seja, a partir da observação das condições sociais de produção e difusão das mensagens, é possível observar criticamente qual a imagem veiculada pela imprensa a respeito do ensino superior³.

Não me centrarei apenas no contexto de criação dos discursos (instituição de produção e difusão), seus conteúdos e significados (mensagens dotadas de sentido), mas pretendo também identificá-los e relacioná-los com os seus agentes emissores (a posição social e hierárquica dos sujeitos). Ou seja, quem fala, o que fala e de onde fala. Neste sentido, estarei fazendo uso das contribuições de Pierre Bourdieu (1989; 1996; 2002) no que se refere ao caráter político dos sistemas simbólicos⁴. Ou seja, considerarei o fato de que na condição de veículos de integração e conhecimento, os sistemas simbólicos podem servir também como instrumentos de dominação⁵.

Apóio-me ainda nas contribuições de John B. Thompson. Para o autor, a cultura do mundo contemporâneo está marcada pelo advento da comunicação de massa. “Vivemos hoje num mundo em que a circulação generalizada de formas simbólicas desempenha um papel fundamental e sempre crescente em nossa vida cotidiana” (1995, p. 9). Discordando da teoria crítica clássica, nas figuras de Adorno, Horkheimer e Habermas, Thompson considera que as formas simbólicas⁶ veiculadas pela indústria midiática não são por si mesmas construções ideológicas. Crê que, antes de generalizar as falas, imagens e discursos difundidos massivamente pela indústria cultural como instrumentos ideológicos, é preciso investigar o contexto da produção, difusão e recepção das mensagens, bem como o sentido que estas assumem em determinadas circunstâncias. Recuperando as formas clássicas de compreensão do conceito de ideologia,⁷ reformula-os, argumentando que ele “pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder (p. 16). Ou seja, chamará de ideologia as “relações de sentido a serviço do poder” (p. 16).

A originalidade desta forma de conceber ideologia num contexto de comunicação de massa é detectar “se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas” (idem, p.16). Isto é, o autor empreende uma análise em que circunscreve como ideológicas apenas as mensagens referidas e inseridas em

contextos estruturais de relações de poder. Estudar a ideologia dos bens culturais midiáticos segundo este autor, “é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido mantém” (idem, p. 35). “É estudar as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder” (idem, p. 75).

Ao propor esta leitura sobre ideologia Thompson apoia-se, em parte, na concepção marxista do conceito, principalmente naquilo que chama concepção latente. Ou seja, “ideologia é um sistema de representações latentes que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens ou idéias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social” (Thompson, 1995, p. 58). Não obstante, Thompson ressalta que o critério de falsidade, erro ou ilusão, presente na concepção de ideologia de Marx, não favorece a discussão. O que lhe interessa é compreender as maneiras como as formas simbólicas são usadas, em determinadas circunstâncias, para estabelecer e sustentar relações de poder. Além disso, acrescenta, diferentemente da definição anterior, que os fenômenos ideológicos não sustentam apenas a dominação de classe. Para Thompson,

(...) as relações de classe são apenas uma forma de dominação e subordinação, constituem apenas um eixo da desigualdade e exploração; (...) é preciso não negligenciar, ou menosprezar, a importância das relações entre os sexos, entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado, entre o estado nação e blocos de estados-nação (Thompson, 1995, p. 77).

O contexto histórico das matérias sobre o ensino superior

Para empreender uma análise sobre as mensagens jornalísticas a respeito do campo da educação superior no Brasil, creio ser necessário fazer algumas considerações sobre a conjuntura atual. Ou seja, para uma compreensão das falas e dos discursos midiáticos, é necessário contextualizá-los segundo o momento histórico de sua construção bem como a posição ocupada pelos emissores na estrutura de um determinado campo. Assim seria interessante recuperar parte da história recente do setor, a fim de observar a correspondência entre a agenda de notícias veiculada atualmente pelos jornais e os principais temas que envolvem a realidade do ensino superior, nesta última década.

Existe um certo consenso na bibliografia especializada que, a partir da dos anos 90, o ensino superior no Brasil vive um processo lento de reconfiguração (Chauí, 1999a; 1999b; Silva Jr. e Sguissardi, 1999; Martins, 1989). Isto é, mais precisamente desde 1995, com o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, há uma ampla reforma neste nível de ensino. Ainda que à revelia de um debate público sobre a questão, esta reforma orienta-se em direção a um

novo modelo de administração, onde o Estado abdica de muitas de suas funções tradicionais, como o setor de serviços – no caso a educação superior – e as transfere parcial ou totalmente para o mercado (Silva Jr. e Sguissardi, 1999).

A nova orientação, entre outras medidas, estimula a implantação de agências executivas e organizações sociais, controladas indiretamente pelo poder público. As universidades públicas passariam a constituir-se como fundações públicas de direito privado, instituindo-se uma nova fase de gerenciamento. Em função de seu alto custo e baixa produtividade, as universidades deveriam reestruturar-se, obedecendo então a alguns princípios (Durham, 1998; Bresser Pereira, 2000).

Para os objetivos desta reflexão, gostaria de salientar os cinco pontos essenciais que esclarecem o modelo de reconfiguração do atual ensino superior

- 1 - O modelo de universidade de pesquisa, unificado e rígido, pelo fomento de maior diferenciação institucional e com maior incentivo ao desenvolvimento de instituições privadas;*
- 2 - a unidade do sistema de financiamento do ensino superior com verbas federais, por programas de diversificação das fontes de financiamento, a começar pelo ensino pago em todas as instituições, incluídas as oficiais, ao menos para aqueles que podem pagar (...)..., com estreita vinculação entre o financiamento e os resultados, isto é, aplicando-se os subsídios estatais a todas as IES, de acordo com seu desempenho, avaliado por critérios oficiais;*
- 3 - o excessivo envolvimento do governo nas questões relativas à manutenção da IES, pela redefinição da função do governo, que adotaria muito mais um papel de fiscal do que de mantenedor ou incentivador;*
- 4 - a questão da qualidade e da equidade, pela adoção de medidas acima e de um eficiente sistema de avaliação cujos critérios se norteariam pela busca da eficiência, sinônimo de adequação às demandas do mercado;*
- 5 - os limites da expansão, pela criação de condições para o desenvolvimento do ensino privado, isto implicando a reestruturação das políticas de financiamento do ensino superior extensível indistintamente, mas por razões de “mérito”, a todas as IES públicas ou privadas (Silva Jr e Sguissardi, 1999) (grifos meus).*

De uma certa forma, a mudança de critérios de gestão acima descritos, aponta, para a agenda de notícias veiculadas pela imprensa, ainda que de forma pouco articulada e explícita. Temas como avaliação, expansão de matrículas, política de contenção de recursos para as universidades federais e estaduais, como veremos, são constantes no noticiário.

O contexto da comunicação jornalística

Para desenvolver o argumento, seria interessante explorar também alguns elementos constitutivos do funcionamento do campo jornalístico; ou seja, sua lógica comunicativa. Tomando a imprensa escrita como uma instituição transmissora de informação, considero, como decorrência, sua importância como agente formador de opinião, e, nesta qualidade, capaz de integrar o coletivo⁸ a partir de conceitos e categorias do pensamento. O mundo contemporâneo, mais do que em qualquer período da história, tem a singularidade de estar sendo construído e representado por redes de agentes e instituições interdependentes de divulgação de informações, sistematizadas em um amplo espectro de formas simbólicas. A linguagem visual, escrita e oral, difundida pela comunicação de massa, é elemento constitutivo da construção e percepção de um conhecimento “do” e “sobre” o mundo⁹. Espaço de difusão e construção de um debate público a que virtualmente todos têm acesso, a comunicação jornalística criou a possibilidade de tornar visíveis fatos e representações do cotidiano.

A emergência da imprensa deve ser considerada, pois, como um importante capítulo da história da comunicação de massa e da circularidade das informações. Segundo alguns autores, a difusão de folhetins noticiosos começou a aparecer na segunda metade do século XVI, associada à expansão das estradas e aos serviços de correio. Não obstante, o desenvolvimento da indústria jornalística efetua-se apenas no século XIX e XX, com a circulação massiva de jornais e a crescente internacionalização das atividades de coleta de notícias (Habermas, 1984; Thompson, 1995).

Durante muito tempo a imprensa foi considerada como um fiscal crítico e independente em relação ao poder do Estado. Alexis de Tocqueville (1977), no século XIX, foi um dos primeiros analistas políticos a lembrar o papel da imprensa na construção e consolidação do sistema democrático nos Estados Unidos. Para ele, a imprensa asseguraria o uso democrático do poder, seria um vigilante crítico das instituições sociais. Os jornais, então, teriam a capacidade de articular e publicizar (tornar público) a diversidade de opiniões, garantindo o debate e expondo criticamente as atividades dos governantes. A imprensa desenvolveria o potencial de tornar visível e acessível assuntos de interesse público, garantindo a circulação de informações, transcendendo os limites do tempo e do espaço.

Habermas (1984), não obstante, foi um dos primeiros teóricos a discordar do caráter aberto e democrático da imprensa. Segundo ele, a ameaça contra este tipo de jornalismo surgiu em meados do século XIX com o crescimento de uma imprensa comprometida com interesses comerciais. A expansão das funções do Estado e das empresas jornalísticas modificaram a estrutura desta “esfera pública”¹⁰. A comercialização do espaço jornalístico alterou a dimensão da discussão pública, pois aos poucos as mensagens foram se tornando menos

acontecimentos em relação a seus concorrentes (Darton, 1995; Habermas, 1984). Mais do que isto, na busca por uma melhor *performance*, os produtores da informação buscam o que faz mais sucesso no mercado. O espetacular, o original e o novo. Pautando-se na maioria das vezes em um modelo de sucesso, abdicam de uma atuação mais crítica. O tempo da criação da matéria fica restrito aos limites impostos pela dinâmica de uma produção diária (Darton, 1995; Bourdieu, 1997).¹⁵ Assim, o pequeno tempo dedicado à produção de uma notícia pode impedir a reflexão, a contextualização e a observação dos vários pontos de vista que ela encerra. Muitas vezes de forma involuntária, tais características estão de tal forma inseridas na lógica do campo, que as categorias de percepção dos jornalistas estão voltadas e adaptadas para o jogo e a prática aí valorizados.

A criação jornalística sem história está portanto muito próxima de se despolitizar. Ou seja, ao relatar os acontecimentos sem precisar os motivos pelos quais se assumem determinadas posições, os jornais podem tirar dos leitores a oportunidade de compreender os fatos e observar que eles se realizam como produto de interesses. Mais do que isto, podem fazer com que o receptor não se envolva com a questão tratada, esquecendo-se dela no momento seguinte da leitura (Adorno & Horkheimer, 1996).

Os jornais pesquisados¹⁶

Os periódicos da grande imprensa pesquisados foram os jornais a *Folha de S. Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*. Os dois primeiros apresentam uma tiragem de mais de dois milhões de exemplares só na capital paulista. Todos os três têm como público leitor os segmentos mais esclarecidos da sociedade, ou seja, frações da população com alto poder aquisitivo e nível de instrução superior, os chamados formadores de opinião¹⁷.

Fundado em 1891, *O Estado de S. Paulo* construiu uma imagem de fiel interlocutor dos segmentos do empresariado da sociedade. Em uma versão mais sintética, o *Jornal da Tarde* corresponde a um perfil semelhante ao do jornal *Estado de S. Paulo*. Por outro lado, o periódico *Folha de S. Paulo*, desde 1921 em circulação, e sujeito a várias mudanças editoriais, conseguiu conquistar uma imagem de atender aos anseios dos setores mais progressistas¹⁸. Embora as diferenças entre eles não se esgotem nestes fatores, considero que todos são responsáveis por um padrão de jornalismo bastante semelhante. Ou seja, pautam-se pelas mesmas estratégias empresariais de produção de notícias.

Contexto e discurso – elementos de uma relação de sentido

Ainda que o quadro abaixo aponte para uma diversidade de temas, foi possível reuni-los em grupos relativamente homogêneos. O critério de classificação obedeceu sobretudo à semelhança de conteúdos ou problemáticas suscitadas. Neste sentido, foi possível criar oito grupos de matérias. Aquelas referentes a denúncias e variedades, por se constituírem de assuntos dispersos, não foram objeto de uma análise mais detida. Por outro lado, todas as outras, mesmo que brevemente, passaram por uma leitura, em que destaco elementos que podem ajudar a compreender as características do discurso midiático em geral e mais especificamente em relação ao tema do ensino superior¹⁹.

Em média, nos quatro meses pesquisados (de fevereiro até o final de maio de 2000), quase diariamente os jornais publicaram algum tipo de informe ou reportagem relativo à realidade da educação superior. Nota-se, não obstante, como é característico da indústria midiática, que o número de matérias sobre denúncias, problemas e reivindicações toma a maior parte deste espaço (Darton, 1995; Bourdieu, 1997). É importante salientar que o fato de ter trabalhado com matérias que envolvem uma greve no setor, a normalidade da cobertura sobre o assunto – ensino superior – apresenta-se alterada. Enquanto oito é a média de matérias por tema, o movimento grevista apresenta setenta e cinco. Todavia, considero que, para os objetivos aqui propostos, ou seja, a análise das características da produção dos discursos midiáticos e seus protagonistas mais visíveis, esta alteração ajuda a expor de forma mais acentuada elementos que numa situação normal estariam difusos.

Quadro síntese das matérias

Crédito Educativo FIES	10
Recursos Ciência/Tecnologia	8
Recursos p/ Universidade	9
Problemas da Universidade	6
Expansão, Qualidade	12
Reestruturação/ Mercado	7
Movimento Grevista	75
Variedades	25

Saliento também que existe uma estreita correlação entre a agenda de notícias sobre o ensino superior observada nos jornais investigados e aquela referente aos assuntos mais polêmicos desta área do ensino. A imprensa escrita, neste sentido, parece estar acompanhando e mapeando as negociações e disposições propostas pelo agentes deste campo, ou seja, o Governo Federal na figu-

ra do Ministério da Educação e do Desporto – MEC e seus representantes, bem como entidades civis como CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias, ADUSP, Associação dos Docentes da USP, ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, entre outras.

Mas qual a forma de apresentação e difusão destas informações?

Para resolver esta questão, procedi a uma análise formal do discurso veiculado²⁰. Ou seja, será necessário analisar as mensagens como construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada, que expressam e emitem uma idéia sobre algo e alguém (Thompson,1995). A análise formal e discursiva que irei empreender a seguir salienta a relação entre os elementos que constroem o sentido das mensagens bem como os sujeitos que protagonizam os discursos.

Recursos Ciência e Tecnologia

As matérias referentes a este tema são pontuais e abordam de forma circunscrita medidas recentes do Governo Federal na área. Dentre as sete matérias analisadas, encontramos três artigos assinados por membros da comunidade acadêmica²¹, defendendo a necessidade de uma política de planejamento e incentivo à pesquisa, a longo prazo e de forma contínua, por parte do Governo Federal. As manchetes das matérias ajudam a elucidar esta idéia: “Reestruturar a pesquisa científica” (*Jornal da Tarde*, 23/03/2000), “Aprendendo com o passado”, (*Folha de S. Paulo*, 30/03/2000).

Embora seja possível perceber uma certa controvérsia no interior das falas dos acadêmicos, ou seja, uns apenas se esforçam em denunciar a falta de uma política enquanto outros defendem incentivos em uma política voltada para a produção nacional de tecnologia, parece haver um consenso sobre a necessidade de um projeto de governo claro na área de ciência e tecnologia²². “MEC contrata 6 mil professores universitários” (*Jornal da Tarde*, 03/04/2000); “Governo FHC dobra verbas para o financiamento de pesquisas”, (*Folha de S. Paulo*, 04/04/2000); “Recursos do IR vão para a ciência e tecnologia” (*O Estado de S. Paulo*, 04/04/2000).

Os títulos das duas primeiras matérias revelam um sentido propositivo, onde é possível observar o sujeito da fala em uma atitude ativa e positiva. Isto é, o sujeito e o discurso aparecem em uma situação afirmativa de sentido: “MEC contrata...” / “Governo FHC dobra verbas...”²³

Não obstante, se nos reportarmos ao contexto da história atual do setor, é fato que existe uma certa controvérsia no assunto pouco anunciada pelos jornais. As medidas relativas aos novos financiamentos não agradam parte da

comunidade acadêmica. Se, por um lado, mais verbas são bem vindas, a forma como essas virão, para alguns, parece comprometer o futuro da autonomia da pesquisa no país. A parceria de verbas de empresas privadas com as do governo, pode aos poucos, deixar de pautar-se por uma reflexão crítica e uma liberdade de escolha para os projetos de investigação, o que ocorre com as políticas de criação das fundações de pesquisa com verbas privadas no interior das universidades federais e estaduais (Chauí, 1993; 1999a; 1999b; Ortiz, “Crônica de uma morte anunciada”, *Folha de S. Paulo*, 23/05/2000).

As matérias sobre esse tema são pouco analíticas, ou seja, são apenas informativas. A imprensa, neste caso, toma o lugar de um veículo que somente repassa informações. Contudo, seria interessante salientar que ela não deixa de dar sua opinião ao parabenizar os novos recursos através de editoriais. É o caso do jornal *Folha de S. Paulo*, que cumprimenta o Governo ao mesmo tempo que cobra uma seriedade na administração dos novos recursos (“Pesquisa com Fundo”, 05/03/2000).

Recursos para as universidades públicas

No que se refere às verbas para as universidades públicas, nove matérias foram publicadas no período estudado. A leitura do conjunto permitiu observar que o ensino superior público está dividido em dois grandes eixos: de um lado, as universidades públicas federais, que carecem de autonomia administrativa/financeira, pois dependem de verbas da União para seu funcionamento; e, de outro, estão universidades estaduais que, no caso das paulistas, vivem dos 9,57% da arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo.

No primeiro grupo de matérias tem-se o informe sobre a operacionalização de uma linha de crédito (empréstimos), concedida pelo Governo Federal, MEC e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), aberta desde 1997, no valor de R\$ 750 milhões de reais para o ensino superior²⁴. As dificuldades de oferecer garantias para o pagamento desta linha de credenciamento e os limites legais para o endividamento público impedem que a maioria das instituições federais e estaduais tenham acesso a estas verbas. Destaca-se ainda, neste conjunto de matérias, um artigo, na página *Tendências e Debates* do jornal *Folha de S. Paulo*, do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, (02/03/2000, “Recursos para as universidades públicas”), em que ele apresenta, a partir de uma longa exposição com base em números, o crescimento do ensino superior público, graças ao volume de verbas aplicado no setor, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, desde 1995. Parece que este artigo vem responder a críticas que sua administração vem sofrendo por parte da comunidade acadêmica, na figura da ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – que se sente prejudicada e pou-

co atendida pelo governo Federal (“Reitor critica privilégio para ensino particular”, 2/03/2000, Estado de São Paulo)

As manchetes das matérias são bastante sugestivas e levam a uma interpretação favorável às iniciativas dos órgãos governamentais “*Universidades terão mais R\$250 milhões*”, 23/02/2000, *O Estado de S. Paulo*; “*Recursos para as universidades federais*, 02/03/2000, *Folha de S. Paulo*”. Novamente os títulos das reportagens são de natureza afirmativa, indicando uma ação positiva do sujeito do discurso, no caso, o governo federal.

O segundo grupo de matérias aponta que as dificuldades financeiras pelas quais passam as instituições de ensino superior estaduais paulistas devem-se ao alto volume de recursos, destinado ao pagamento dos professores inativos. Atualmente grande parte da folha de pagamento está comprometida com as aposentadorias. A comunidade acadêmica – ADUSP e o presidente da Comissão dos Claros da USP – surgem no noticiário pedindo uma solução, reivindicando um fundo de pensão para os servidores do Estado. Falas articuladas, mas fragmentadas são veiculadas, mas parece não haver um espaço de interlocução entre os interessados. Os jornais se mostram, neste caso, favoráveis à emissão de informações oferecidas pelos órgãos da administração federal e da comunidade acadêmica, restringindo-se às declarações de suas fontes. De nove matérias, sete não apresentam vozes discordantes ao discurso oficial; e apenas duas apontam controvérsias da realidade vivida pelo setor, vozes emitidas pela ADUSP e ANDIFES²⁵.

Problemas enfrentados pelas universidades públicas

As matérias que consideram os problemas enfrentados pelas universidades públicas não são numerosas. Contam-se apenas quatro. No entanto, o espaço dado a duas delas, oferecido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, é bastante significativo.

Nota-se também que, no conjunto de problemas, a questão dos recursos humanos é a mais expressiva. A baixa remuneração, o descaso com as condições de trabalho, segundo o discurso veiculado, estão comprometendo a formação dos alunos e fazendo com que o corpo docente sinta-se tentado a abandonar as instituições públicas, pelas ofertas de salário da iniciativa privada. É importante ressaltar que as manchetes em tom de denúncia são expressas principalmente pelos professores e alunos. “Universidades perdem 890 professores em três anos” (*Folha de S. Paulo*, 24/04/2000); “Falta de professores prejudica alunos da USP” (*Folha de São Paulo*, 10/04/2000); “Para estudantes, formação está comprometida, (*Folha de S. Paulo*, 10/04/2000)”.

É o caso dos alunos dos cursos de Geografia e História da USP, que reclamam estar sem professores em várias disciplinas, ou o depoimento de um ex-

professor livre docente da UNESP, recém aposentado, que preferiu a aposentadoria para poder dedicar bem menos tempo a uma instituição privada, mas por um salário maior²⁶. Para representantes da reitoria – Gilberto Shinyashiki, diretor de Recursos Humanos da USP, e do governo, Eunice Durham, membro do Conselho Federal de Educação, professora aposentada da USP – as instituições públicas são ainda mais atraentes pela qualidade de suas pesquisas, pelo *status* e a estabilidade de emprego.

Neste conjunto de matérias, a visibilidade entre os envolvidos com a questão – alunos, professores, aposentados e representantes da administração de recursos humanos – das universidades parece equilibrada. Os jornais, neste caso, parecem ter veiculado o discurso de todas as partes envolvidas.

Expansão de cursos e qualidade de ensino

É expressivo como a imprensa escrita dedica espaço para a expansão do ensino superior. Este grupo de notícias poderia *grosso modo* ser dividido em dois temas correlatos. De um lado, as reportagens sobre a expansão do ensino superior particular e, de outro, as formas de avaliação – para todo o ensino superior – decorrentes da abertura indiscriminada de cursos. Neste primeiro conjunto de matérias o crescimento dos cursos na área de humanidades é um fato controverso²⁷. É possível identificar um discurso ambíguo nas manchetes como também no interior das matérias. O fenômeno da expansão ora é visto como decorrência de uma pressão de mercado, ora como desenvolvimento natural do setor. “Novatas já querem virar universidades”(Jornal da Tarde, 13/04/2000); “Faculdades demais na Capital. E muitas devem fechar” (Jornal da Tarde, 11/04/2000); “Faculdade usa professores de colégio” (Jornal da Tarde, 11/04/2000); “Escolas de ensino médio, seguem tendência e abrem faculdade”(Jornal da Tarde, 13/04/2000).

Segundo alguns entrevistados, sabendo que o mercado de trabalho vem exigindo da maioria das ocupações uma formação mais completa, um setor do empresariado vem se dedicando a cobrir as lacunas, embora de maneira não muito confiável.

“O caminho natural dos grandes colégios de educação básica é o ensino superior. Antes as escolas não abriam suas faculdades apenas por um erro estratégico, mas agora elas perceberam que é isso que devem fazer”, (...) acho que esta expansão não é uma tendência de momento, mas uma grande evolução” afirma o presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no O Estado de São Paulo (SEMESP), Gabriel Mário Rodrigues (13/04/2000). “Além de serem mais baratas, estas faculdades têm procura. E o mesmo está acontecendo com os cursos de Letras e Pedagogia, já que todos os professores precisarão de formação superior

para lecionar. O candidato precisa ter critérios na escolha e analisar o que é melhor. Ele deve exigir que a escola cumpra sua proposta e verificar se o professor que consta no registro do corpo docente é o mesmo que está na sala de aula” (Efrém Maranhão, ex-presidente do Conselho Nacional de Educação, Jornal da Tarde, 12/04/2000).

No entanto, paradoxalmente, uma matéria em particular considera que o volume de cursos no mercado é tão grande que existem mais vagas disponíveis do que candidatos interessados. “Diploma universitário não significa mais garantia de emprego” (*Jornal da Tarde*, 15/04/2000); “(...) o MEC autorizou a abertura de 22 novas faculdades na capital – aumentando o ensino superior em 27,8%. Com isso, já há mais vagas nas universidades do que formando no ensino médio” (*Jornal da Tarde*, 12/04/2000).

Se o tom das matérias é ambivalente, grande parte destes empreendimentos educacionais de nível superior parece ter pouco comprometimento com a formação de sua clientela. Segundo uma das doze reportagens analisadas – “*Faculdades de mais na capital*, 11/04/2000” –, iniciativas do setor educacional são criações e desdobramentos de escolas de nível médio que não possuem experiência anterior e/ou princípios definidos específicos da realidade da educação superior. Estes novos empreendimentos são caracterizados pela baixa qualificação do corpo de professores e pelas insatisfatórias instalações acadêmicas.

*As propagandas mostram que as faculdades oferecem opções de lazer, acesso à INTERNET e “até” aula, como se fosse um clube. Não se fala em corpo docente, em laboratório, em pesquisa e extensão. Parece um comércio qualquer, onde o importante é ter academia, shopping center e centro de beleza. Além do fácil acesso (Mário Cortella, ex-secretário municipal da Educação de São Paulo no governo Luiza Erundina, *Jornal da Tarde*, 11/04/2000.)*

Outro conjunto de matérias refere-se às tentativas do governo de avaliar a procedência e a eficácia dos cursos da iniciativa privada. Os mecanismos de avaliação, segundo o governo – o conhecido “provão” –, servem como medidas restritivas para a abertura e continuidade de cursos de baixa qualidade. Por outro lado, a maioria das notícias, três das quatro publicadas, também revelam a preocupação de representantes do setor particular, CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – de criar mecanismos internos de avaliação, ou seja, mecanismos de reconhecimento interno às academias, pouco restritivos e não públicos. É interessante observar que, sobre a questão da avaliação nenhuma matéria contextualiza ou historiciza a emergência do provão enquanto forma de avaliação universitária. O que predomina é a presença de um discurso oficial por parte das agências federais e de um grupo de personalidades do setor privado não questionando, mas propondo uma avaliação complementar: “Os reitores querem se livrar da prova” (*Folha de S. Paulo*, 12/04/

2000); “Reitores propõem nova avaliação universitária” (*Jornal da Tarde*, 11/04/2000); “Reitores têm modelo para avaliar ensino”, (Estado de São Paulo, 11/04/2000).

“Ensino superior público não cresce, mesmo com condições” (*Jornal da Tarde*, 14/04/2000), é o título da manchete de uma única matéria que considera as dificuldades de expansão de vagas no ensino público. Se em 1968 dois terços das vagas nos bancos universitários pertenciam à rede pública, hoje essa relação é de um terço, aproximadamente. O presidente da UNE, Wadson Ribeiro, nesta matéria, reivindica uma política de crescimento para o ensino gratuito. Por outro lado, representantes do governo anunciam a necessidade de manter a estrutura atual, garantir a qualidade e equilibrar o crescimento entre a rede privada e pública. “(...) Mas precisamos ter uma expansão no mesmo ritmo para que as instituições particulares não nos estrangule. O que importa agora, nas redes estadual e federal, é aumentar o número de alunos e não o número de instituições. E continuar mantendo nosso padrão de qualidade” (Roberto Cláudio Bezerra, presidente da Câmara do Ensino Superior, *Jornal da Tarde*, 14/04/2000).

A polêmica está instaurada pelos sujeitos das falas, mas é pouco articulada pela imprensa. Como manter a qualidade não contratando professores e funcionários? Em quais bases está se propondo a expansão do ensino superior público?²⁸ Em quase todos os títulos, o recurso à *generalização* dos fatos é recorrente. Tratando o ensino superior de uma forma homogênea, sem especificar a singularidade e o comprometimento das instituições públicas, privadas e comunitárias, as matérias acabam por não explicitar a lógica da expansão do setor particular e os interesses ali envolvidos. Tudo se passa como se a mão do mercado e a demanda estudantil *naturalmente* regessem o crescimento do setor. É possível inferir, pois, a ausência de uma problematização política na discussão sobre o tema.

Nota-se também neste conjunto de matérias que a educação, ou melhor, o acesso ao conhecimento oferecido pela instrução superior, é um privilégio. A posse de um diploma de nível superior é uma arma a mais no disputado mercado de trabalho. É um instrumento distintivo a que alguns têm acesso e, como todo objeto raro, tem alto valor no mercado. No período investigado não foi encontrada nenhuma matéria que veiculasse a proposição de que a educação é uma questão pública e um direito conquistado (Chauí, 1993): “Quem não tem diploma nem é chamado para entrevistas, mas é preciso saber escolher o curso e a faculdade certa”, (Silvana Case, vice presidente executiva do Grupo Catho, *Jornal da Tarde*, 15/04/2000)

Crédito educativo – FIES (Fundo de Financiamento Estudantil)

“Abertas mais 50 mil vagas para crédito educativo”(O Estado de S. Paulo, 21/03/2000.); “Crédito educativo tem novas regras” (Folha de S. Paulo, 31/03/2000); “Faculdades desistem de crédito a aluno”, (Folha de S. Paulo, 14/04/2000.); “MEC vai anunciar 50 mil vagas no programa crédito educativo” (O Estado de S. Paulo, 15/03/2000). Pelos títulos das matérias vê-se que existe uma polêmica interna entre os sujeitos do discurso. A introdução de novas regras de empréstimo revela um certo descontentamento entre os envolvidos. A leitura dos textos aponta para mudanças na forma de pagamento, nos juros e nos critérios de seleção de seus usuários ²⁹.

Observa-se também que todas as matérias “informam” sobre as mudanças das regras de pagamento, mas nenhuma delas dá espaço para a fala de um dos parceiros deste contrato – o aluno. Ou seja, as dificuldades ou a satisfação deste programa para os que de fato fazem uso dele parecem não se constituir em matéria relevante para os jornais. Verifica-se ainda que as manchetes têm como seus principais sujeitos as instituições estatais que propõem as regras de funcionamento do FIES, sugerindo assim, novamente, a natureza ativa e afirmativa dos discursos dos órgãos do Governo Federal no setor.

As entidades particulares ou confessionais do ensino superior, que participam da proposta governamental, (ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias) entretanto, são importantes no noticiário, mas apontam ressalvas quanto às formas de pagamento instituídas: “Entidades querem mudanças no FIES” (O Estado de S. Paulo, 14/04/2000); “Faculdades desistem de crédito para alunos” (Folha de S. Paulo, 14/04/2000). As entidades que aceitam participar deste programa de crédito recebem do governo como forma de pagamento títulos da dívida pública e com eles abatem despesas com o INSS. Contudo, os compromissos de cada escola com a Previdência Social têm um limite, e o excesso de alunos financiados não é vantajoso para as instituições. Assim, elas estão propondo usar esses mesmos títulos para abater outras despesas, como por exemplo, o imposto de renda. Parece ser difícil agradar a todos os envolvidos. Os motivos pelos quais o Governo foi obrigado a reformular alguns quesitos de seleção do aluno são de ordem financeira: a inadimplência alcançou 60% dos alunos contemplados com o crédito no ano de 1999.

É interessante ressaltar, também, que o discurso veiculado sobre o acesso à educação através do crédito educativo não passa pela questão de ser um direito, mas de constituir-se uma oportunidade dada pelos órgãos federais.

O ensino superior para os alunos carentes que conseguiram chegar ao topo da hierarquia educacional, segundo as entidades governamentais, deve ser pago. As instituições governamentais promovem suas ações, *reificando*³⁰ a idéia de que educação é um serviço posto à venda no mercado; que, na impossibilidade

de pagamento à vista, deve ser financiado. A palavra *crédito* assume naturalmente sua expressão econômica, como financiamento e não como crença na possibilidade de uma democratização educacional.

É possível inferir que este assunto não mobiliza o corpo editorial dos jornais, pois estes restringem-se a informar e não a avaliar as medidas da área em suas matérias, deixando que outros o façam.

Numa atitude democrática e saudável, o presidente e o relator da comissão mista, o senador Romeu Tuma e o deputado Osvaldo Biolchi, estão promovendo uma série de audiências públicas para auscultar os lados envolvido... Ora, orgulham-se os dirigentes do Ministério da Educação do lema que adotaram para o novo modelo de financiamento: “Financiando o futuro dos bons alunos” (Maurício Chermann, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares [ANUP] e reitor da Universidade Brás Cubas, Mogi das Cruzes, O Estado de S. Paulo, 08/05/2000).

A reestruturação do mercado – novas tendências

Diferente das outras reportagens já analisadas, este assunto é tema de reflexão de articulistas ou acadêmicos que possuem espaço fixo nos jornais (José Pastore e Gilberto Dimenstein). Tema controverso, a abertura de novas frentes de trabalho é objeto de atenção, no momento em que as taxas de desemprego são alarmantes. Os títulos das matérias aqui são pouco sugestivos. No entanto, no interior dos artigos é possível identificar as representações a respeito do ensino universitário. Ou seja, a educação universitária deve estar orientada para o mercado de profissões: “Mesmo jovens qualificados e seguros de sua vocação não encontrarão portas abertas. Não há lugar para todos. Por isso prepará-los para o trabalho inclui trabalho por conta própria. A capacidade de garantir o próprio espaço se chama “*espírito empreendedor*”, e ele pode ser desenvolvido na *escola*” (Magno Maranhão, *O Estado de S. Paulo*, 23/03/2000); “*Educação não gera emprego, é claro. Mas é essencial para manter as pessoas empregadas e para viabilizar uma reciclagem no momento de mudar de emprego*” (José Pastore, *O Estado de S. Paulo*, 25/04/2000) (grifo meu).

É interessante salientar também que os textos consideram uma realidade contraditória. Se de um lado, enfatizam as novas perspectivas do desenvolvimento e a demanda decorrente de um capital humano que a sustentem, por outro, alertam para a falta de recursos qualificados ou a baixa qualidade da mão de obra brasileira, inclusive a de nível superior:

Entretanto, tenho encontrado inúmeras empresas que têm na falta de mão de obra qualificada o principal obstáculo para crescer. (...) a baixa qualificação no Brasil é um problema crônico e reflete a falta de escolas de boa

qualidade para acompanhar os avanços tecnológicos (...). Uma pesquisa no SENAI em São Paulo constatou que não haverá pessoal qualificado para as empresas poderem absorver as tecnologias de telecomunicação que serão adotadas em 2000 a 2003 (José Pastore, O Estado de S. Paulo, 25/04/2000).

Após ter lido e analisado as matérias do quadro – expansão de cursos e qualidade de ensino – uma dúvida instala-se nas reflexões. Como compreender a abertura indiscriminada de cursos com qualificação duvidosa em um mercado de trabalho globalizado, no qual a formação de qualidade é a mais requisitada? Será que não estamos assistindo ao crescimento de uma hierarquização deliberada no interior dos cursos de nível superior?³¹

Movimento grevista

Este último conjunto de matérias trata das reivindicações das universidades estaduais paulistas em um movimento unificado de professores, funcionários e alunos. Ainda que cada uma das categorias tenha uma pauta de reivindicação particular, a paralisação do trabalho deflagrada entre os dias 25 e 26 de abril de 2000 contou com a participação de todos estes segmentos, embora a cobertura dada pela imprensa não tenha evidenciado esse fato.³²

As matérias que narram o dia-a-dia do movimento grevista das universidades estaduais constitui-se aqui na mais longa série de reportagens sobre o tema “ensino superior”. A cobertura maior dada pelos jornais pertencentes à *Agência Estado*. No entanto, seria importante ressaltar que o jornal *Folha de S. Paulo* foi o que ofereceu mais espaço para o debate público sobre as questões polêmicas que envolvem o movimento. Reportagens longas com professores “notáveis” e artigos que demonstram os interesses que se chocam no interior da universidade são relevantes (Nogueira, 25/04/2000; Marcovich, 02/05/2000; Goldemberg, 02/05/2000; Dimenstein, 07/05/2000; editorial Estado, 08/05/2000; Magalhães & Guarinello, 12/05/2000, entre outras).

Desde abril, quase que diariamente uma nota, uma reportagem ou artigos e editoriais remeteram ao movimento grevista. Aparentemente, a imprensa cobriu o cotidiano dos desdobramentos das reivindicações. No entanto, qual o tipo de cobertura foi feita? Qual o espaço dado a ela e como foi transmitida ao grande público?

As primeiras notícias são do início de abril, onde professores ponderam sobre a necessidade de começar a renegociar as perdas salariais impostas às categorias, desde maio de 1995. Eles pediam aumento de 25% na data base, mais 5% no segundo semestre. A proposta não foi aceita pelos reitores – Cruesp (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo) –, que se justificaram argumentando que tal aumento comprometeria por volta de 90% das verbas em recursos humanos, inviabilizando o pagamento a obras de infra-

estrutura e outras despesas dos campus.³³ Por sua vez, propuseram um abono de 28% no mês de abril, mais 7% de aumento para os professores ativos e 5% para os professores aposentados, junto com uma série de gratificações para professores e servidores que se destacaram por produtividade.

Apoiando os reitores, Luis Carlos Bresser Pereira, ex-ministro do da Ciência e Tecnologia e da Administração Federal e da Reforma do Estado (governo Fernando Henrique Cardoso), argumenta:

(...) precisamos mudar o estatuto jurídico das universidades estatais...O essencial é, gradualmente, tornar as universidades fundações autônomas, de direito privado, que contratem professores e funcionários pela legislação trabalhista e organizem fundos e pensões para eles...O Estado, por sua vez, criará uma agência executiva, como a inglesa, que receberá os recursos orçamentários e os distribuirá às universidades a partir de dois critérios: o número de estudantes e a qualidade do ensino; e o volume e qualidade das pesquisas e publicações...Dessa forma teremos avaliação e competição entre as universidades (Bresser Pereira, Folha de S. Paulo, 4/06/2000).

Embora não veiculada pela imprensa, a opinião de boa parte da comunidade acadêmica não coincide com a do ex-ministro. Ao contrário, para os docentes e funcionários, esta contra proposta dos reitores fere a questão da isonomia salarial. Aceitá-la significa estabelecer uma fragmentação e uma competitividade entre eles, além de impor uma lógica produtivista pouco comum ao mundo acadêmico (Chauí, 1993; 1999a; 1999b).

Destacando-se como sujeitos das frase, nos títulos das matérias, alunos e reitores surgem igualmente sete vezes no noticiário, como se observa no quadro a seguir. Os adjetivos que qualificam a ação dos estudantes são pouco elogiosos: “Alunos *tomam_prédio* da reitoria da UNESP” (*O Estado de S. Paulo*, 28/03/2000); “Estudantes da USP *saqueiam* restaurante” (*Folha de S. Paulo*, 11/5/2000). A imprensa parece desconhecer o poder de sugestão de suas falas pois a mensagem veiculada constrói uma imagem negativa do grupo como um todo³⁴. (grifos meus).

Não obstante, a figura dos reitores merece um outro tipo de tratamento retórico. A maioria dos títulos das matérias conduz ao sentido de uma ação de quem tem poder. A intenção afirmativa destes sujeitos está expressa em suas declarações: propor reajustes, acusar, convocar e retomar negociações, enfim, falas e atitudes aparentemente legitimadas pelo discurso da imprensa dada a sua recorrência: “Reitores *propõem* 7% de reajustes”, (*Jornal da Tarde*, 20/03/2000.); “Reitor da USP *contesta* número sobre greve” (*O Estado de S. Paulo*, 28/03/2000); “Reitor da USP *acusa* sindicatos de barrarem negociação”, (*Jornal da Tarde*, 28/03/2000); “Reitor da USP *convoca* reunião de emergência por causa de piquetes” (*Estado de S. Paulo*, 19/05/2000) (grifos meus).

Observamos apenas uma notícia em que os funcionários são protagonistas da ação, sendo esta uma ação de natureza negativa: “*barrar acesso* à Reitoria”.

No que se refere aos professores, parece que estes são poupados de generalizações críticas. Anunciados como sujeitos, suas ações emitem a idéia de uma reivindicação salarial, ignorando a reivindicação por um ensino público de qualidade. “Professores param e fazem protesto na USP” (*O Estado de S. Paulo*, 6/03/2000.); “Professores de universidades reduzem exigências” (*O Estado de S. Paulo*, 20/05/2000).

É possível inferir, pois, que o recurso de retórica escolhido para representar os sujeitos da ação do movimento grevista generaliza as ações dos sujeitos, conferindo um sentido e uma imagem particular a cada um deles. É possível observar a diferença de exposição e visibilidade bem como as representações que os jornais emitem a respeito de cada um.

Alunos	Funcionários	Professores	Reitores
Alunos pedem recontração de professores temporários este mês.	Funcionários decidem <i>barrar acesso</i> à Reitoria.	Professor Doutor Tia.	Reitores <i>mudam</i> local de reunião de negociação para evitar ato de grevista.
Alunos <i>tomam</i> prédio da reitoria da UNESP.		Professores <i>fazem proposta</i> .	Reitores <i>propõem</i> 7% de reajuste.
Estudantes <i>saqueiam</i> restaurante da USP.		Professores de universidades <i>reduzem exigências salariais</i> .	Reitor da USP <i>contesta</i> número sobre greve.
Estudantes da USP <i>saqueiam</i> restaurante.		“ <i>Notáveis</i> ” da USP temem esvaziamento.	Reitor da USP <i>acusa</i> sindicato de barrarem negociação.
Estudantes <i>invadem</i> Reitoria da USP.		Professores <i>param</i> e fazem <i>protesto</i> na USP.	Reitores <i>apresentam propostas</i> a grevistas.
Estudantes <i>invadem</i> prédio da Reitoria da USP.		Professores <i>entram</i> em greve na UNICAMP.	Reitor da USP <i>convoca</i> reunião de emergência por causa de piquetes.
Estudantes da 			

Seria pertinente salientar também a forma como a greve, enquanto movimento, foi veiculada pelos jornais. É possível verificar que os recursos lingüísticos utilizados nas manchetes das matérias segue a estratégia de emitir uma opinião negativa sobre o movimento. “Ação radical, barricadas, choques” entre outras, são noções que remetem a uma leitura policial do fenômeno. Se, de uma lado, podem-se encontrar títulos que qualifiquem a situação das universidades como crítica, (“universidades estão devendo/ USP atrasa dívidas para tocar o dia-a-dia”) por outro, os jornais não poupam o movimento, difundindo uma imagem de guerra civil sobre os protestos.

Argumentos sobre a universidade	Argumentos sobre o movimento
A universidade pública está acabando rapidamente.	Paulista apoia greve mas rejeita <i>ação radical</i> .
	Manifestantes fazem <i>piquete de 24hs</i> na USP.
USP atrasa dívidas para tocar o dia a dia.	Grevistas e MST fazem <i>protesto</i> hoje, no Palácio dos Bandeirantes.
	Greve <i>impede</i> que USP contrate professores.
Aposentadorias estrangulam universidade.	Reposição de aula <i>ameaça</i> as férias nas universidades.
	<i>Choque</i> de manifestantes com PM deixa 20 feridos.
As universidades paulistas estão devendo.	<i>Choque</i> de PM com grevistas fere 17.
	Negociação acaba em <i>tumulto</i> . <i>Barricada</i> de grevista isola campus da USP.

É possível considerar também um outro exemplo de retórica significativo. Na tentativa de comentar a crescente adesão ao movimento grevista o discurso expõe uma compreensão hierárquica sobre os cursos da universidade. Ou seja, na reportagem do dia 4 de maio, a *Folha de S. Paulo* publica como sub-título, repetindo no interior da matéria o seguinte conteúdo: “Os *principais cursos* da universidade não pararam. Ainda estão em aulas os professores de direito, engenharia, medicina, economia e administração”. (grifo meu)³⁵.

Em um outro exemplo é possível verificar que as oportunidades de visibilidade entre os agentes do campo não são as mesmas. Logo após a declaração

de paralisação, o reitor da USP, Jacques Marcovitch, faz um repúdio ao movimento grevista, em artigo publicado no dia 2 de maio, pela *Folha de S. Paulo*. Os representantes docentes só tiveram direito à resposta dez dias depois. Aos funcionários e alunos, nenhum espaço foi concedido.

Grosso modo, observa-se que na maioria das matérias as reivindicações têm um fundo técnico, orçamentário e não um projeto político para o ensino superior. O impasse apresentado pela imprensa está nos índices possíveis de aumento salarial. Aliás, o que se verifica é que os discursos do corpo administrativo das universidades, alguns editoriais e artigos assinados pontuam a falta de recursos e a necessidade de uma contenção de despesas. Por outro lado, de forma bem menos visível, a justificativa da reivindicação salarial se faz em defesa do ensino público gratuito de qualidade e da manutenção de docentes capacitados. É possível que o princípio da falta de acordo entre os agentes do confronto esteja na natureza diferenciada de seus pontos de vista e na posição que ocupam no interior do campo universitário.

Uma interpretação dos sentidos

Da análise feita acima foi possível identificar pontos importantes para esta reflexão. Elementos de uma narrativa fragmentada podem ser destacados para subsidiar uma interpretação. Depois de recortar e dissociar elementos dos discursos, é necessário fazer uma síntese dos possíveis significados produzidos. Considerando que toda interpretação é um exercício subjetivo de análise, é necessário alertar que ela está aberta a críticas e reinterpretações. A análise interpretativa é um exercício criativo, pois ajuda na construção ativa de um sentido, auxilia na explicação do que é dito por alguém, em determinada circunstância e em determinada conjuntura histórica (Thompson, 1995). A interpretação que segue é portanto, uma apresentação de alguns, entre muitos, sentidos mobilizados pelos discursos analisados. Destacarei alguns elementos do discurso para construir uma leitura.

O que se fala?

Confirmando a primeira das hipóteses, a imprensa escrita de maior circulação parece estar acompanhando e informando sobre as negociações e disposições propostas pelos agentes do campo do ensino superior brasileiro.

Grosso modo, é possível afirmar que as questões relativas ao ensino superior transcendem à problemática educacional, para atingir as questões do campo administrativo e econômico. Em todos os temas investigados, a questão orçamentária é uma constante. É expressivo o tom do discurso que remete a

uma visão técnica e burocrática sobre o tema. Isto é, majoritariamente, as matérias analisadas têm como tema central a questão do financiamento ou as formas de gestão dos recursos destinados ao setor. É nítida a ausência de um debate crítico e político envolvendo os agentes do campo sobre os destinos da educação superior.

A educação de nível superior é também tratada por todos como um pré-requisito ao desenvolvimento econômico, elemento essencial para a inserção das nações em um mercado globalizado. Parece consenso a necessidade de expandir o acesso a este nível de ensino. Não obstante, como foi demonstrado, é sabido que as formas de se objetivar este ideal esbarram em alguma diferença de princípios entre seus agentes – princípios de natureza econômica, política e educacional, pouco explicitados no noticiário. Ou seja, a educação para uns, como direito conquistado, deve ser garantida pelo Estado; para outros, é um bem de primeira necessidade a ser adquirido individualmente no mercado. Neste período, não foi localizado nenhum discurso que remetesse à função humanizadora ou democrática do acesso à educação. Esta é vista como veículo de riqueza material das nações e não da riqueza espiritual dos homens.

No que se refere ao setor público, a mensagem que se faz presente é a constante falta de verbas e a necessidade de reformular as regras de financiamento e gestão dos recursos. Os motivos pelos quais demandam-se mais verbas – melhoria de qualidade, ampliação de vagas, investimento em recursos humanos e em pesquisa – são pouco visíveis não ocupando espaço suficiente para sensibilizar a opinião pública. Ao contrário, as tentativas neste sentido – como a greve no setor – servem de alimento para reportagens e artigos que defendem a contenção de despesas com o funcionalismo estadual e federal ou que atacam os privilégios garantidos por constituição, de verbas para o ensino superior (Tavares, *Folha de S. Paulo*, 23/05/2000; editorial, *O Estado de S. Paulo*, 18/05/2000 e 08/05/2000). Novamente a maior visibilidade é recorrente nos discursos críticos em relação as instituições públicas de ensino.

Quem fala e de onde fala?

Os principais protagonistas do discurso educacional sobre ensino superior são as instituições governamentais e seus representantes. Ministros, secretários e técnicos, quase nunca educadores, são os principais sujeitos emissores de uma fala técnica sobre organização e administração de verbas para o setor. É preciso salientar, como foi visto na análise dos títulos das matérias, que a imagem desses sujeitos veiculada pela imprensa, desses sujeitos, é sempre ativa e afirmativa. Além de provedores de recursos, os sujeitos da fala são também autoridades, com poder e competência para instituir regras e fazer que se obedeça elas. Embora as dificuldades financeiras sejam inúmeras, fica regis-

trada nas figuras de retórica a imagem de uma boa vontade dos representantes do Governo Federal de implementar novas medidas para o setor. Esforço contínuo de benfeitorias são as marcas dessa administração, segundo a imprensa, que nesta atitude recorrente mostra parte de sua complacência diante das declarações do Governo central.

Reitores e administradores de escolas particulares e públicas dividem o espaço do noticiário, mas em proporção um pouco inferior. No tocante à iniciativa privada, a imprensa escrita tem uma relação ambígua. Ao mesmo tempo que louva os empreendimentos particulares, critica sua expansão indiscriminada. A imprensa parece fazer coro com os órgãos do Governo, no sentido de incentivar a progressão numérica dos diplomas como etapas necessárias ao desenvolvimento sócio-econômico do país. Não parece interessada em polemizar e explicitar as diferenças de compromisso das instituições de ensino do setor.

Professores, educadores e alunos, embora importantes parceiros, dispõem de visibilidade menor enquanto sujeitos de uma ação afirmativa ou com poder de decisão. Neste sentido, a segunda hipótese deste trabalho foi confirmada. Foi possível identificar os protagonistas da produção e difusão da fala jornalística e a posição que ocupam no interior do campo do ensino superior.

Considerações finais

Para finalizar esta reflexão, creio que seria necessário recuperar alguns elementos já vistos na introdução deste trabalho. A intenção inicial era analisar as condições sociais do processo de produção e circulação das mensagens midiáticas sobre o ensino superior. Considerando a força da difusão das notícias, propus investigar a capacidade de a imprensa escrita construir representações sobre a realidade social. Para tanto, construí três hipóteses de trabalho: Ou seja, 1 – seria possível mapear as principais questões que envolvem o ensino superior à partir das matérias jornalísticas; 2 – seria possível apreender os principais protagonistas da área bem como seus discursos. Neste sentido, a análise sistemática das matérias, enquanto esforço exploratório, conseguiu alcançar estas proposições. A imprensa cumpriu, sim, a função de informar e tornar público os principais agentes e questões relativas ao tema, ainda que de maneira hierarquizada.

A terceira hipótese de trabalho era a possibilidade de identificar um discurso ideológico da imprensa a respeito do ensino superior e a assim a criação de um domínio simbólico em relação a alguns de seus aspectos. Considerando que os discursos veiculados pela indústria midiática não são por si mesmos construções ideológicas foi necessário investigar o contexto de construção dos conteúdos e os recursos de retórica utilizados para a produção do sentido final das mensagens. Foi possível identificar as diferenças de visibilidade entre os

protagonistas da fala bem como as diferenças nos recursos de linguagem para apresentá-los ao público leitor.

Ou seja, observou-se que as manchetes e os textos analisados, em muitos momentos, mobilizaram significados no sentido de reforçar o poder e a autoridade das instâncias governamentais, e portanto, segundo Thompson (1995), poderiam ser caracterizados como discursos ideológicos. Não foram poucas as vezes em que estudantes e funcionários tiveram suas imagens denegridas, conferindo-se então a eles uma posição hierarquicamente inferior, dentro deste campo do ensino. Em relação aos professores ou educadores em geral, a tímida visibilidade parece refletir um pequeno espaço de atuação bem como pouca legitimidade social.

Parecendo desconhecer a força da sugestão das construções semânticas e figuras de imagens das mensagens veiculadas, a imprensa investigada parece contribuir para a construção de uma representação parcial, e portanto politicamente comprometida, sobre o setor. Neste sentido, é possível confirmar o caráter contraditório e ideológico de parte da informação jornalística: ao mesmo tempo que garante a circularidade da informação, não é capaz de fazê-lo com imparcialidade. Detendo o monopólio na fabricação dos fatos sociais, garante para si o poder e a competência de falar e se fazer ouvir em nome de todos.

Diante disso, seria interessante recuperar as contribuições de Pierre Bourdieu, (1989; 1996; 2002), para quem os discursos e, neste caso, os discursos jornalísticos, não respondem apenas a uma função de transmissão de signos. Servem também como signos de autoridade a serem creditados e reconhecidos. Foi possível observar também que a prática jornalística pôde comunicar mais do que uma informação declarada: pôde comunicar uma maneira de emitir um juízo classificatório e arbitrário sobre o que se quis enunciar.

O discurso jornalístico, o ato de tornar públicos os fatos, de dar existência social aos acontecimentos parece aqui estar coberto por uma “aura divina”³⁶, pouco questionada e questionável, pois teve o poder de fazer existir aquilo que anunciou, teve o poder de se fazer reconhecer por toda a coletividade como produtor de uma verdade. Mais do que isso, foi possível verificar ainda que a mensagem jornalística pôde ser usada como um instrumento de coerção e dominação simbólica. Ou seja, ao anunciar e ser reconhecido, ao escrever e ser lido impondo uma representação e, quiçá, um consenso, a imprensa teve o privilégio de naturalizar um sentido.

Neste caso, é importante ressaltar que a força dos discursos encontra-se em seu uso e nas condições de sua utilização. A eficácia do discurso, portanto, depende do poder simbólico do emissor (jornalistas, articulistas, ministros, secretários) e das condições institucionais de sua produção (falar na condição de autoridade sobre o assunto). Pelo fato de dizer as coisas com autoridade, isto é, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente, o discurso jornalístico pode consagrar-se, ocultando o arbitrário de sua interpretação.

Assim, frente a este lento processo de aquisição de informações pela leitura, frente ao legítimo reconhecimento e apropriação das mensagens difundidas pela imprensa bem como o desconhecimento da parcialidade de suas formulações, é possível recuperar o conceito de violência simbólica cunhado por Pierre Bourdieu; é necessário alertar para os efeitos de um certo poder sutil e desconhecido que só existe ao ocultar sua prática para aqueles que o exercem e para os que se submetem a ele. A violência simbólica é esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989; 1996; 2002).

É possível considerar pois, que o poder de sugestão exercido pelos discursos midiáticos, no contexto aqui estudado, não se garante sozinho. A oficialidade dos discursos, a proximidade com as autoridades, a capacidade de transcender ao tempo e ao espaço dos fatos, garante ao jornalismo um crédito e um poder simbólico na forma de uma competência técnica legitimada em grande parte pelo público leitor. E este último parece conferir à imprensa o poder legítimo de anunciar os fatos e falar para (por) ele.

A intenção de estudar as maneiras como os sentidos são mobilizados, investigar como a imprensa estrutura uma forma de percepção e construção dos sujeitos e fatos sociais é uma maneira de compreender as estratégias da luta por um domínio simbólico, a luta por uma versão e interpretação do social. A imprensa não é única neste espaço de produção de cultura. Não obstante, é aquela que tem o domínio legítimo de *criar* e *realizar*, pela imagem e pelo tornar público, os fatos e acontecimentos sociais. Assim sendo, é necessário, a fim de salvaguardar o lado da circularidade democrática da informação, desmistificar a *magia* de suas estratégias de difusão.

Para finalizar, gostaria de apontar algumas questões a respeito da recepção destes discursos. Embora seja possível apontar e analisar as características do processo de *produção* do campo jornalístico, o trabalho de compreender os mecanismos de apropriação das representações por ele veiculadas remete a uma discussão mais ampla: remete para a complexidade de referências, conhecimentos e informações obtidos em outros espaços produtores de cultura pelos sujeitos sociais. Mas isto, sem dúvida, é tarefa para outras investigações.

Notas

1. O conceito de campo faz parte da obra de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma noção que expressa a concepção social bourdiana. Segundo o autor, a sociedade é composta de vários campos, vários espaços dotados de autonomia relativa e possuidor de regras próprias. Espaço de disputa e jogo de poder. O campo do ensino superior é apenas um exemplo entre os vários sub-campos que constituem o campo maior da educação.
2. Por sujeitos da fala entendemos os agentes ou instituições que fazem a ação anunciada no título da matéria.

3. Em análise semelhante sobre a AIDS, Fausto Neto “Parte da hipótese de que as mídias além de serem instrumentos de representação são, ao mesmo tempo, dispositivos, espécies de verdadeiros nichos, onde a realidade se estrutura como uma referência.” Mais à frente, (...) “Uma sugestão que deixamos para o leitor é a de que o poder das mídias está na sua capacidade de construir – via discursos – conceitos e referências que, em última análise, vão se tornando o nosso próprio cotidiano”(1999, p. 9-10)
4. Para Bourdieu (1989) os sistemas simbólicos podem ser vistos sob três pontos de vista: a) instrumentos de conhecimento e construção do mundo, ou seja um sistema de categorias do pensamento observados na ciência e na religião (estruturas estruturantes); b) instrumentos de comunicação, como a língua (estruturas estruturadas) e c) instrumentos de dominação, cumprindo a função política de imposição ou legitimação de um arbitrário social.
5. “Contra todas as formas do erro ‘interacionista’ o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico”(Bourdieu, 1989, p. 11).
6. O autor entende por formas simbólicas o grande espectro de ações, falas, imagens e textos que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles como significativos.
7. *Grosso modo*, o autor distingue dois tipos gerais de concepção de ideologia. A primeira, denominada concepção neutra de ideologia, refere-se a uma leitura acrítica do conceito. Isto é, ideologia seria um aspecto da vida social entre outros. Não precisaria ser combatida ou eliminada pois trata-se de um sistema de crenças e valores que preenche o vácuo cultural criado pelo processo de secularização. O segundo tipo refere-se a uma versão crítica do conceito, sendo a mais conhecida a concepção marxista. Esta corrente define, fundamentalmente, o fenômeno da ideologia como uma visão falsa, ilusória, invertida e distorcida do real. Uma visão que teria como intenção ocultar as relações de conflito entre as duas classes fundamentais (proletariado e burguesia). Posto isto, a ideologia resultaria de uma leitura parcial e politicamente comprometida com os interesses dos grupos dominantes da sociedade. Uma visão arbitrária, mas desconhecida como tal.
8. Por coletivo, entendo o espaço social objetivado e estruturado a partir de um sistema de símbolos.
9. Com a expressão, “do” mundo, refiro-me a categorias do pensamento que organizam o mundo; e com a expressão “sobre” o mundo, categorias que classificam e justificam esta organização de mundo.
10. “Esfera pública” para Habermas é uma categoria histórica, que expressa um princípio organizacional da vida política burguesa. “o sujeito desta esfera é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a ‘publicidade’” (Habermas, 1984, p. 14)
11. “Essas primeiras tentativas de uma moderna imprensa comercial devolveram ao jornal o caráter unívoco de uma empresa de economia privada destinada a gerar

lucros (...). Mas não só os interesses econômicos privados passaram a ter maior peso: o jornal acaba entrando numa situação em que evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo dos interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa”(Habermas,1984, p. 217).

12. Em primeiro lugar a publicidade com o sentido de “tornar público” e, em segundo lugar a publicidade com o sentido de comercializar uma mercadoria – a informação.
13. Embora seja difícil discordar das colocações de Habermas a respeito das transformações da lógica de funcionamento do jornalismo, creio que é possível problematizar algumas questões colocadas pelo autor a partir das ressalvas feitas por Thompson (1995). Ou seja, se o jornalismo deixou de ser uma esfera isenta de discussão de problemas públicos, seu discurso, por mais parcial que seja, não é apropriado pelos leitores de maneira passiva e linear. A apropriação das mensagens mediadas não coincide, necessariamente, com a recepção inicial dos conteúdos. Um trabalho de compreensão, assimilação e reflexão é feito por cada um dos receptores.
14. Por poder mágico entendo a capacidade das forças coletivas de criar valores. Estou me remetendo à idéia desenvolvida por Pierre Bourdieu: “O poder das palavras não reside nas próprias palavras mas nas condições que dão poder às palavras criando a “crença coletiva”, ou seja o desconhecimento coletivo do arbitrário da criação de valor que se conclui com o uso determinado de palavras”(…). “O poder do criador não é outra coisa que a raridade de mobilizar a energia simbólica que produz o conjunto dos agentes comprometidos com o funcionamento do campo; jornalistas objetivamente encarregados de fazer valer os ‘criadores’ (com todo o aparelho de jornais e revistas que tornam possível sua ação” (Pierre Bourdieu, 2002, p. 23-24).
15. O relato de Robert Darton a partir de sua experiência particular na redação do *The Times*, neste sentido é bastante significativo “Alguns repórteres observavam que não se sentiam plenamente profissionais enquanto não tivessem completado um ano reescrevendo as matérias no turno da noite, função que exige grande velocidade e clareza no escrever (...)”. “Os repórteres desenvolvem gradualmente um senso de domínio sobre seu ofício – ser capaz de escrever uma coluna em uma hora, sobre qualquer coisa, por mais difíceis que sejam as condições (...)”. “Não cumprir o prazo de fechamento é considerado absolutamente não profissional”... (Darton,1995, p. 88).
16. Ao todo o *Estado de S. Paulo* publicou 63 matérias: A *Folha de S. Paulo*, 53 matérias: O *Jornal da Tarde*, por sua vez, publicou, 36 matérias.
17. Segundo XLII – *Estudos Marplan Consolidado– 2000*, Grande São Paulo o leitor da grande São Paulo, do jornal *O Estado de S. Paulo* possui este perfil: 31% classe A, 47% classe B; 19% classe C; 4% classe D/E; 10% de 15 a 19 anos; 28% de 20 a 29 anos; 26% de 30 a 39%; 17% 40 a 49 anos; 19% mais de 50 anos; 7% instrução primária; 15% instrução ginásial; 37% nível colegial; 42% nível superior. O perfil do leitor do *Jornal da Tarde* é: 24% classe A; 41% classe B; 29% classe C; 6% classe D/E; 9% de 15 a 19 anos; 28% de 20 a 29 anos; 23% de 30 a 39 anos;

18% de 40 a 49 anos; 21% mais de 50 anos; 9% instrução primária; 20% instrução ginásial; 34% nível colegial; 37% nível superior.

18. Segundo o “Perfil do leitor 2000”, realizada pelo Datafolha no mesmo ano, o público leitor do jornal poderia ser caracterizado como mais progressista, ou liberal, pois 85% são a favor da reforma agrária; 59% são à favor da descriminalização do aborto. Em relação ao perfil sócio-econômico, 47% cursaram faculdade e 13% fizeram pós-graduação; 36% têm renda familiar acima de 30 salários mínimos (*Folha de S. Paulo*, Caderno Especial, /18/02/2001, p. 21).
19. Para melhor visualizar o conjunto de matérias, encontram-se em anexo quadros de referência onde se pode observar o periódico, a frequência e o responsável por cada uma delas.
20. Todas as matérias jornalísticas foram registradas em quadros, organizados por temáticas, conforme o exemplo abaixo:

Temática: MOVIMENTO DOS PROFESSORES

Título matéria	Data	Periódico	Responsável
<i>Docentes da USP, UNESP e UNICAMP param hoje</i>	5 de abril	<i>Jornal da Tarde</i>	s/a
<i>Universidades param por reajuste salarial</i>	5 de abril	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Marta Avancini e Clayton Levy

21. Antonio Paim, filósofo e professor; Glaci Zancan, presidente da SBPC; Antonio Carlos Pimentel Wutke, pesquisador aposentado do Instituto Agrônomo e membro da Associação dos Pesquisadores Científicos (*O Estado de S. Paulo*).
22. Seria importante observar que a falta de uma política nacional para a área é consenso entre setores da academia e representantes do Governo. A este respeito consultar “*Crise e reforma do sistema universitário*” – *Debate* (1996).
23. Uma leitura cuidadosa sobre o tema, no entanto, deixa a impressão de que existe pouca informação sobre as formas convencionais de financiamento (incentivos a pesquisadores individuais em centros universitários graças as agências financiadoras CNPQ e FAPESP, entre outras) e as novas regras implantadas. Torna-se difícil ao leitor tomar uma posição pois faltam elementos. As atuais medidas visam criar oito fundos novos de pesquisa com recursos permanentes de fontes estáveis que não dependem do Orçamento Geral da União, num total de R\$ 7 bilhões de reais, entre 2001 e 2005. Os recursos virão de parte do dinheiro que as empresas destinam ao Imposto de Renda e parte do faturamento das empresas privatizadas, como constava do contrato de privatização.
24. Deste montante, R\$500 milhões estão reservados para as instituições privadas que apresentaram um projeto de melhoria de instalações e abertura de novas vagas. O restante, R\$250 milhões, estão disponíveis para as instituições do ensino superior públicas.
25. Estas duas últimas foram veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, nos dias 2/03 e 14/04 de 2000.

26. “Na UNESP , meu salário como aposentado proporcional é de R\$3.701,00, com todos os quinquênios e gratificações. Na UNIMAR, ganho um pouco mais por uma jornada bem menor”.
27. Ainda que pouco veiculado pela imprensa escrita, existe uma discussão entre alguns membros da comunidade acadêmica e setores do governo federal a respeito da expansão do ensino privado. Para esta questão consultar, Martins, (1989), Debate – Crise e reforma do sistema universitário (1996), Sguissardi , &, (1999).
28. É possível identificar em outras matérias posicionamentos à favor de um ensino público pago a fim de resolver a questão dos recursos e das oportunidades. Ver nota 38.
29. Segundo as reportagens: o aluno que requisita o financiamento deve apresentar até quatro fiadores para compor a renda exigida conforme a mensalidade do curso; têm privilégio sobre os demais os alunos que ainda não possuem casa própria e/ou que tenham algum membro da família com doenças crônicas. A intenção também é privilegiar alunos que tenham interesse na carreira do magistério. A nova taxa de financiamento dos juros proposta é menor que os 12% cobrados anteriormente, ou seja, 9% ao ano. O tempo de quitação do empréstimo é uma vez e meia a duração do curso, sendo ainda de responsabilidade do aluno pagar 30% da mensalidade, mais uma taxa de R\$50,00 reais, por trimestre, para amortizar os juros anuais. A forma anterior de contrato imposta aos alunos sujeitos ao crédito educativo inviabilizava o seu cumprimento (apenas dois fiadores, 12% de juros e um tempo menor de quitação do empréstimo).
30. As palavras *reificar* e *naturalizar* referem-se a um recurso estratégico de considerar situações históricas e conjunturais como naturais e atemporais; o caráter histórico é ocultado (Thompson, 1995). As generalizações também se prestam ao mesmo fim, ao desconsiderar as especificidades dos fatos sociais.
31. Trabalhos anteriores atestam esta realidade. A este respeito, consultar, Setton, 2001; Martins, 1988; e Oliveira, 1974.
32. Entre 89 títulos de matérias apenas 4 tiveram como sujeitos os servidores e 8 os estudantes.
33. Dois editoriais do Estado de *S. Paulo* (08/05 e 18/05/2000); dois artigos assinados pelo jornalista Carlos Sardemberg, (*O Estado de S. Paulo*, 29/05 e 15/05/2000) e um artigo do reitor da UNICAMP, Hermano Tavares, (*Folha de S. Paulo*, 23/05/2000), corroboram a idéia de limites do orçamento.
34. Em nenhum momento posterior a essas reportagens os alunos tiveram espaço semelhante para se explicarem. Apenas no interior das denúncias duas ou três linhas eram dadas para um posicionamento discordante dos próprios alunos concedida apenas pela *Folha de S. Paulo*.
35. Seria interessante perguntar: quais os critérios que orientaram uma avaliação como essa? Por que estes cursos seriam os principais? É interessante notar que em recente pesquisa pude verificar que, entre os cursos de humanidades da USP, os cursos de Direito, Administração e Economia são cursos considerados seletos, pois concentram um número expressivo de alunos com origem social elevada (Setton, 2001, Revista do, INEP).

36. Ao utilizar palavras tais como, “aura divina”, “anunciar”, “criar” e “realizar” estou chamando atenção para o caráter mágico e arbitrário da crença simbólica que se reveste o discurso jornalístico.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodore. A indústria cultural. In: *Adorno*. São Paulo: Ática, 1986.
- ADORNO, Theodore & HORKHEIMER, Max. Indústria cultural – o esclarecimento como mistificação das massas. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Mediadora). *Crise e reforma do sistema universitário*. Debate com Antônio Carlos Ronca, Eunice Durham, Luís Antônio Cunha e Maria Cristina de Moraes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 46, p. 143-168, 1996.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. A sagrada missão pública. In: *Mais! Folha de S. Paulo*, 04/06/2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- _____. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. *Escritos de educação*. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- _____. *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta, 1998b.
- _____. *A produção da crença: contribuição para a teoria dos bens simbólicos*. Apresentação e organização de Maria da Graça Jacintho Setton. São Paulo: Zouk, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. Vocação política e vocação científica da universidade. *Revista Educação Brasileira*, v. 15, 1993, p. 11-26.
- _____. Ideologia neo-liberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo, Vozes, 1999a, p. 27-51.
- _____. A universidade operacional. In: *Mais!, Folha de S. Paulo*, 9/05/1999b.
- COSTA, Sergio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 179-192, 1997.
- CUNHA, Luis Antônio. Universidade e Sociedade: uma nova dependência? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol.74, janeiro/abril, p. 103-110, 1993.
- DARTON, Robert. *O beijo de Lamourette – mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DURHAM, Eunice. O ensino superior na América Latina: tradições e tendências. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 51, p. 91-105, julho, 1998.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mídia impressa – estudos sobre a AIDS*. São Paulo: Haker, 1999.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

- JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder – ligações perigosas*. Salvador/São Paulo: EDUFBA/HUCITEC, 1996.
- MARTINS, Carlos Benedito. *O ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Cortez, 1988.
- MARTINS, Carlos Benedito (Org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, E. M. Instituição de ensino superior: centro de excelência acadêmica ou fábrica de profissionais. *Revista Administração Pública (Rio de Janeiro)*, vol. 8, n. 2, abril/junho, 1974.
- SAMPAIO, Helena, *Ensino privado*. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2000.
- SILVA Jr, José Reis e SGUISSARDI, Valdemar Reconfiguração da educação superior no Brasil e redefinição das esferas pública e privada nos anos 90. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 10, p. 33-57, jan./abr. 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: EDUSP, 1977.
- TOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

Maria da Graça Setton é professora da Faculdade de Educação da USP.

Endereço para correspondência:

gracaset@usp.com